

### **Aliança Democrática**

- Julgamentos céleres para crimes violentos ou graves, com detenção em flagrante delito
  - Prevenção e combate à corrupção: regulamentação do lobbying, perda alargada de bens e reforço de meios
  - Continuação da revisão das carreiras dos técnicos de reinserção social, administração prisional e medicina legal
  - Elaboração de Estratégia para o Património da Justiça
  - Estratégia Digital na Justiça, com modelo de governação para desafios tecnológicos
  - Publicitação de toda a jurisprudência, incluindo sentenças de primeira instância
  - Grupo de trabalho de especialistas para anteprojeto de celeridade processual
  - Revisão dos prazos processuais para maior expediência dos processos
  - Revisão do Código da Execução das Penas e reformulação do Parque Prisional
  - Implementação de nova ficha de risco de violência doméstica para identificação precisa do perigo
- 

### **Partido Socialista**

- Simplificação de processos, eliminando formalidades inúteis
  - Interoperabilidade total dos sistemas informáticos dos tribunais
  - Revisão transversal dos prazos judiciais consoante a complexidade dos processos
  - Redução de atos processuais redundantes em todas as fases
  - Clarificação da coordenação e poderes hierárquicos da PGR nos inquéritos
  - Revisão das regras de conexão de processos para evitar “megaprocessos”
  - Reavaliação dos recursos com efeitos suspensivos
  - Valorização das carreiras no setor judicial ainda por rever
- 

### **Bloco de Esquerda**

- Criminalização do enriquecimento injustificado, com confisco de bens

- Fiscalização obrigatória do património e rendimentos de titulares de cargos políticos e altos cargos do Estado
  - Proibição de contratação de ex-governantes por empresas do setor tutelado durante 6 anos
  - Criminalização de serviços prestados por entidades em territórios offshore
  - Redução generalizada de taxas e custas processuais; alargamento dos critérios de apoio judiciário
  - Recrutamento e revisão das carreiras e tabelas remuneratórias da Polícia Criminal
- 

### **Coligação Democrática Unitária (CDU)**

- Admissão regular de profissionais de justiça
  - Melhoria do acesso dos cidadãos a registos e notariado
  - Combate à desjudicialização e privatização da administração da justiça
  - Extinção progressiva das custas judiciais e alargamento do apoio judiciário
  - Criação de regime de proteção social dos advogados
  - Combate à promiscuidade entre poder político e poder económico
  - Revalorização da Polícia Judiciária
- 

### **Pessoas–Animais–Natureza (PAN)**

- Aprovação da Estratégia Nacional Anticorrupção 2026–2030
- Regulamentação do lobbying e “pegada legislativa” em Governo e AR
- Restituição de 100% do valor indevidamente recebido por políticos condenados por enriquecimento ilícito
- Reforço da eficácia legal no combate à corrupção e simplificação de megaprocessos
- Inclusão de módulos de integridade e combate à corrupção nos currículos escolares
- Proibição de apoios públicos a empresas sediadas em paraísos fiscais
- Transparência obrigatória para clubes da I Liga (portal institucional e financeiro)
- Acesso gratuito à informação administrativa; decisões da CADA vinculativas
- Suspensão de participação social de titulares de cargo político durante mandato
- Eliminação do agravamento de 5% no pagamento faseado das custas
- Cumprimento integral do Pacto de Justiça de 2018

---

## **Chega**

- Revisão do Regulamento das Custas Processuais para maior acessibilidade
- Alteração do regime de prescrição de penas (crimes contra crianças e económicos)
- Endurecimento das penas para violência doméstica e outros crimes graves
- Reforma do regime de recursos para impedir sua instrumentalização
- Introdução de prisão perpétua com possibilidade de revisão
- Reforço do DCIAP no combate à criminalidade organizada
- Reforma do sistema de apreensão, confisco e devolução de bens ao Estado
- Criminalização do enriquecimento ilícito
- Plano de contingência urgente para eliminar pendências nos Tribunais Administrativos e Fiscais

---

## **Iniciativa Liberal**

- Garantia de efeito devolutivo em recursos para o Constitucional, acelerando o sistema
- Reforma da fase de instrução criminal para combater a morosidade
- Cumprimento atempado de decisões judiciais contra o Estado
- Especialização dos juízos e nivelamento da carga processual entre tribunais
- Acesso ao Direito e aos Tribunais verdadeiramente universal
- Alargamento do prazo de prescrição de crimes contra menores até aos 30 anos da vítima
- Incentivos à boa gestão nas direções prisionais

---

## **Livre**

- Reforço de profissionais de justiça em todas as categorias
- Revisão dos regimes salariais e progressão de carreira dos funcionários de justiça
- Melhoria dos meios técnicos de investigação de crime financeiro
- Limitação da fase de instrução criminal a questões de Direito
- Redução das taxas de Justiça e custos para cidadãos

- Reforma do regime de declaração e registo de interesses
- Fortalecimento da prevenção e combate à corrupção